



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 01/04/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado criticou a atuação da Esquerda e afirmou que o atual Governo perdeu apoio popular diante da alta da inflação e da insatisfação com o custo de vida. Declarou que as manifestações recentes organizadas por setores governistas foram esvaziadas e convocou a população a participar de um ato na Avenida Paulista, em São Paulo, no próximo domingo, atendendo a chamado do ex-Presidente Jair Bolsonaro. Também defendeu a anistia para os presos dos atos de 8 de janeiro e citou o caso de Débora, que segue cerceada em liberdade domiciliar. Por fim, acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de agir com ilegalidades e declarou que a justiça será feita “pelas mãos do povo”.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado elogiou os avanços do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social sob a gestão do Ministro Wellington Dias, destacando a geração de quase 1,7 milhão de empregos para pessoas inscritas no Cadastro Único em 2024. Explicou que 75,5% dessas vagas foram ocupadas por beneficiários do Bolsa Família, o que comprovaria o papel emancipador das políticas sociais. Por fim, ressaltou ainda a regra de proteção do programa, que garante metade do benefício por até 24 meses após a entrada no mercado de trabalho.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado declarou apoio ao projeto de lei que concede anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Afirmou que as penas aplicadas foram desproporcionais, chegando a 17 anos de prisão para réus sem antecedentes. Também criticou a falta de individualização das condutas nas denúncias e afirmou que o processo tem sido guiado por um espírito de vingança, e não por justiça. Por fim, alertou para os riscos institucionais desse caminho, argumentando que governos são transitórios e que o uso do poder com fins punitivos pode gerar precedentes prejudiciais ao equilíbrio democrático.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado relembrou os 61 anos do golpe de Estado de 1964, destacando suas consequências autoritárias e violentas, como censura, tortura e mortes. Criticou a narrativa que tenta reabilitar a ditadura e alertou para a fragilidade da democracia brasileira diante de novas ameaças, citando os ataques de 8 de janeiro. Por fim, rejeitou a possibilidade de anistia ampla aos envolvidos nos atos antidemocráticos, defendendo uma responsabilização com dosimetria justa, diferenciando os autores intelectuais e executores de alta patente dos demais participantes.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado relembrou os horrores cometidos durante a ditadura militar no Brasil, destacando prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e execuções. Citou dados da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que apontaram a prisão de ao menos 50 mil pessoas nos primeiros meses do regime. Também alertou para novas ameaças à democracia, como os atos de 8 de janeiro de 2023, e defendeu o fim do projeto de anistia para os responsáveis por ataques ao Estado Democrático de Direito. Por fim, ressaltou a importância da memória, da justiça e do compromisso com a democracia.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o programa Pé-de-Meia, do Governo Federal, citando reportagem que aponta número de beneficiários superior ao de alunos matriculados em cidades da Bahia, Pará e Minas Gerais. Também afirmou que o caso revela possíveis irregularidades e classificou o programa como mais uma tentativa de desvio de recursos públicos. Por fim, cobrou explicações do Ministério da Educação e anunciou a apresentação de requerimento para solicitar informações oficiais sobre o caso.

Alencar Santana (PT - SP) - O Deputado relembrou o golpe militar de 1964 e defendeu a preservação da democracia, com responsabilização dos envolvidos nos ataques de 8 de janeiro de 2023. Rejeitou qualquer proposta de anistia, afirmando que golpistas devem ser punidos com o rigor da lei. Também rebateu críticas ao programa Pé-de-Meia, destacando que o número de matrículas é superior ao divulgado e que o Ministério da Educação já abriu procedimento para apuração. Por fim, manifestou apoio à greve dos entregadores por aplicativo, defendendo melhores condições de trabalho, pagamento mínimo por corrida e limites de distância para entregas de bicicleta.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou o Governo Federal, associando o 1º de abril ao que chamou de promessas não cumpridas do Presidente Lula. Acusou o Governo de escândalos envolvendo programas sociais, com foco no Pé-de-Meia, alegando irregularidades no número de beneficiários em comparação com matrículas escolares em cidades da Bahia, Pará e Minas Gerais. Também afirmou que o programa está sendo investigado por suposta pedalada fiscal e informou ter protocolado requerimentos de informação ao Ministério da Educação, além de pedidos de apuração no Tribunal de Contas da União e na Procuradoria-Geral da República.

Paulão (PT - AL) - O Deputado parabenizou o Conselho Universitário da Universidade Federal de Alagoas pela diplomação póstuma de três estudantes vítimas da ditadura militar, destacando a importância simbólica do ato como reparação histórica. Também criticou a proposta de anistia a envolvidos nos ataques de 8 de janeiro, acusando o ex-Presidente Jair Bolsonaro e o General Braga Netto de articulação criminosa contra a democracia. Repudiou a tentativa de pressionar a Câmara para pautar o tema e defendeu que o Congresso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

foque em pautas sociais, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais e a tributação de altas rendas.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou declarações do Presidente Lula, que classificou como mentiras, e questionou a credibilidade de promessas feitas pelo Governo Federal. Reforçou apoio ao Deputado Marcel van Hattem, defendendo a liberdade de expressão dos Parlamentares. Também mencionou suspeitas de irregularidades no programa Pé-de-Meia, apontando dados de cidades da Bahia, Pará e Minas Gerais com mais beneficiários do que alunos matriculados. Por fim, criticou propostas do Governo na área de segurança pública, ironizando a ideia de campanhas para devolução de celulares roubados e acusando o Executivo de ignorar o avanço do crime organizado no País.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado minimizou a mobilização contra a proposta de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, classificando os protestos como fracassados. Citou dados da USP para comparar a adesão aos atos pró e contra a anistia, destacando diferença numérica favorável à pauta que defende. Também ironizou opositores e exaltou o apoio popular ao ex-Presidente Jair Bolsonaro. Por fim, afirmou que os manifestantes presos são injustamente rotulados como terroristas e reforçou sua convicção de que o Congresso Nacional concederá anistia aos envolvidos, em nome do que chamou de justiça às “vítimas do 8 de Janeiro”.

Rafael Simoes (UNIÃO - MG) - O Deputado registrou a visita à Câmara dos Deputados do Prefeito Zé Maria e do Vice-Prefeito Divaldinho, de Tocos do Moji (MG), ambos em seu primeiro mandato. Informou que os gestores relataram as dificuldades enfrentadas pelos pequenos Municípios, especialmente após a queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Também acrescentou que os gestores locais contam com apenas 7% do orçamento disponível para investimentos, o que compromete o atendimento às necessidades da população. Por fim, defendeu que o tema seja tratado com seriedade pelo Parlamento, reforçando que é nos Municípios que a população vive e precisa de suporte.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado cobrou do Governo Federal o cumprimento da promessa de editar uma medida provisória para viabilizar a transição energética justa na região carbonífera do Sul do País. Alertou para o impacto do fechamento da Usina Termelétrica de Candiota (RS), que resultou na perda de cerca de 7 mil empregos desde dezembro. Também mencionou que o compromisso assumido pelo Ministério de Minas e Energia previa a edição da medida até o carnaval, mas até agora não houve avanço. Além disso, informou ter protocolado um projeto de lei com o mesmo objetivo e pediu apoio dos colegas do Congresso



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

para aprová-lo. Por fim, afirmou que a situação da região é insustentável e apelou por ação imediata em defesa do emprego e da segurança energética.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado criticou Parlamentares da extrema direita que usaram o 1º de abril, dia da Mentira, para atacar adversários e relativizar os atos golpistas de 8 de janeiro. Repudiou as tentativas de anistia aos envolvidos nos ataques às instituições e defendeu justiça para os responsáveis. Também citou manifestações em várias cidades, destacando o ato realizado em Curitiba (PR), onde jovens entoaram palavras de ordem contra a anistia. Por fim, relembrou o golpe militar de 1964, que classificou como um marco de violência e repressão, e afirmou que a sociedade brasileira exige punição para quem atenta contra o Estado Democrático de Direito.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou a possível intenção de membros do STF de punirem o Deputado Marcel van Hattem por críticas feitas ao Judiciário na tribuna da Câmara. Citou o artigo 53 da Constituição Federal, que garante a inviolabilidade parlamentar por opiniões, palavras e votos, e afirmou que a tribuna é o espaço mais sagrado da política brasileira. Também defendeu maior respeito do Supremo à Câmara dos Deputados e cobrou menos politização por parte da Corte. Por fim, relembrou ainda a prisão do ex-Deputado Daniel Silveira e afirmou que muitos Parlamentares se arrependem de ter apoiado a decisão.

Zé Silva (SOLIDARIEDADE - MG) - O Deputado visitou a cidade de Dolores de Campos (MG) e destacou a importância da atividade de selaria no Município, que abriga cerca de 500 empresas do setor. Anunciou a apresentação de um projeto que reconhece Dolores de Campos como Capital Nacional da Selaria e propõe a criação do Dia Nacional do Seleiro. Também informou a realização de uma futura audiência pública sobre o jovem aprendiz de selaria, com o objetivo de preservar o ofício tradicional. Por fim, reforçou seu compromisso com o desenvolvimento regional e a valorização da cultura e da economia local.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado defendeu mudanças na legislação sobre doação de órgãos. Mencionou que mesmo quando há registro do desejo de doar, familiares ainda impedem o procedimento, prejudicando milhares de pacientes que aguardam na fila de transplantes. Além disso, propôs projeto de lei para que a vontade manifestada em vida seja respeitada, sem necessidade de autorização da família. Também apresentou proposta que isenta autistas e pessoas neurodivergentes de taxas em concursos públicos, incluindo indivíduos com TDAH, dislexia e outros transtornos. Por fim, sugeriu linha de crédito para instalação de energia fotovoltaica em instituições filantrópicas e religiosas, com abatimento da dívida pelo excedente energético.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado informou que participou de reunião com o Senador Eduardo Braga sobre a regulamentação da reforma tributária. Explicou que o Senador apresentará seu plano de trabalho no Senado, com quatro audiências públicas temáticas: Comitê Gestor, estrutura administrativa, ITCMD e ITBI. Também acrescentou que o objetivo é concluir os debates em abril e maio, permitindo que a Câmara finalize a regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, de 2023, ainda em junho. Por fim, mencionou que isso encerrará a “parafernália” legislativa atual, trazendo uma legislação tributária única para todo o País.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou a decisão de 23 das 27 federações de futebol brasileiras por não receberem Ronaldo Fenômeno, que manifestou interesse em disputar a presidência da CBF. Informou que a exclusão de Ronaldo do debate representa um atentado à liberdade e à renovação no esporte. Também condenou a fala do Presidente da Conmebol com analogias consideradas racistas. Por fim, alertou para a crise do futebol nacional, que está mais político do que esportivo, e afirmou que o Brasil se aproxima de 24 anos sem conquistas mundiais.

Cobalchini (MDB - SC) - O Deputado relatou reunião com o Diretor-Geral do DNIT, Fabrício Galvão, sobre obras em rodovias federais de Santa Catarina. Destacou a importância da BR-163, no extremo oeste, e defendeu a federalização de trecho da SC-163 e a construção de ponte sobre o Rio Uruguai, em Itapiranga (SC). Reforçou a urgência da duplicação da BR-282 e da implantação de terceiras faixas na Grande Florianópolis (SC), apontando alto número de acidentes. Também cobrou a conclusão da duplicação da BR-470 até 2026 e melhorias nas BRs 280 e 285. Por fim, defendeu a federalização do trecho estadualizado da BR-285 para integração logística com o Porto de Imbituba (SC).

Silvia Cristina (PP - RO) - A Deputada celebrou o sucesso do evento "Mulheres que Transformam", promovido pelo Movimento Mulheres do Partido Progressistas (PP), que encerrou o mês dedicado às mulheres em Rondônia. Ressaltou a presença de cerca de 300 líderes femininas do Estado, reunidas para debater políticas voltadas às mulheres e homenagear aquelas que transformaram suas localidades. Ademais, agradeceu à Presidente do movimento, Iracema Portella, ao Senador Ciro Nogueira e ao Deputado Doutor Luizinho, destacando o apoio de cada um para a realização do encontro. Ao final, afirmou que o evento continuará sendo promovido, reconhecendo a importância da iniciativa para valorizar o protagonismo feminino.

Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) - O Deputado criticou declarações do Presidente Lula que minimizaram a gravidade do roubo de celulares. Ademais, relatou o aumento desse tipo de crime no País e apontou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

brutalidade de assaltos em que vítimas têm sido assassinadas para que seus aparelhos sejam levados. Além disso, classificou como absurda a proposta do Governo de enviar mensagens via aplicativo para celulares roubados, solicitando sua devolução à delegacia. Adicionalmente, defendeu a redução da maioria penal e o fim das audiências de custódia. Lamentou ainda que o Governo tenha paralisado, no Senado, a tramitação do Projeto de Lei nº 714, de 2023, de sua autoria, que torna obrigatória a decretação de prisão preventiva na audiência de custódia em casos de crimes hediondos, roubo, associação criminosa qualificada e quando for configurada reincidência criminal. Por fim, condenou a política de segurança pública do Governo Lula por não endurecer as leis contra a criminalidade.

João Daniel (PT - SE) - O Deputado criticou a Oposição por propagar mentiras e alimentar falsas expectativas quanto à aprovação de anistia para os envolvidos em atos golpistas, reforçando que a proposta não avançará no Congresso. Ademais, parabenizou o Supremo Tribunal Federal (STF) por transformar em réus os responsáveis por planejar e executar ataques à democracia. Além disso, elogiou a política externa do Presidente Lula, especialmente nas relações com o Japão e o Vietnã. Adicionalmente, celebrou a entrada em vigor, no próximo ano, da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até cinco mil reais, que beneficiará milhões de brasileiros. Por fim, sustentou que a reforma tributária permitirá cobrar impostos de setores que antes não contribuíam.

Leo Prates (PDT - BA) - O Deputado demonstrou preocupação com o aumento dos preços dos alimentos da cesta básica e afirmou que o Governo, embora tardiamente, anunciou medidas para mitigar o impacto da inflação sobre o consumidor. Além disso, defendeu o Projeto de Lei Complementar nº 55, de 2025, de sua autoria, voltado aos caminhoneiros, propondo elevar de 250 mil para 400 mil reais o limite da receita bruta anual para enquadramento como microempreendedor individual (MEI). Ademais, afirmou que a referida proposição altera a Lei nº 12.815, de 2013, para tornar obrigatória a disponibilização de infraestrutura de apoio para os caminhoneiros que operam nos portos brasileiros e terminais de carga, destacando a precariedade do Porto de Salvador (BA). Por fim, defendeu a realização de debates na Comissão de Trabalho para melhorar as condições de trabalho dos caminhoneiros e ampliar o poder aquisitivo da população.

Alice Portugal (PCdoB - BA) - A Deputada condenou os 21 anos de ditadura militar no Brasil, enfatizando o sofrimento causado pelo regime, que resultou em mais de 430 mortos, cujos destinos seguem desconhecidos. Além disso, ressaltou a importância de manter viva a memória histórica, especialmente entre as novas gerações. Ademais, saudou a Universidade Federal da Bahia (UFBA) pela concessão do título de *Doutor Honoris Causa*, como homenagem póstuma, a três engenheiros baianos perseguidos pela ditadura: Fernando Santana, ex-Deputado Federal; Haroldo Lima, também ex-Deputado Federal; e Luiz Contreiras. Além disso,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

destacou que os homenageados simbolizam a luta e a resistência do povo baiano. Ao final, reafirmou seu compromisso com a democracia.

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado celebrou os 27 anos do grupo folclórico Quadrilha Eita Junino, fundado por ele em 1998, em Roraima, ao lado de Ronalson Cavalcante, de seus irmãos Sandro e Serginho, e do saudoso Nazareno. Ademais, destacou que a quadrilha se tornou a primeira representante roraimense a conquistar um campeonato nacional, em 2009, somando quatro títulos até hoje. Além disso, ressaltou ainda o papel do grupo na valorização da cultura popular e na realização de ações sociais no Estado. Adicionalmente, atribuiu ao movimento junino de Roraima a sua eleição como Deputado Federal. Por fim, homenageou todos os integrantes do Eita Junino, que atualmente conta com a participação da segunda geração.

Florentino Neto (PT - PI) - O Deputado anunciou a apresentação do projeto do Hospital Universitário de Parnaíba (PI), marcada para ocorrer na sede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), com a presença do Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, João Paulo, da Reitora da Universidade Federal do Piauí, do Superintendente do Hospital Universitário da UFPI em Teresina (PI), além dos dez Deputados Federais e dos três Senadores do Piauí. Ademais, acrescentou que o evento contaria também com o Vereador David Soares, representante da Câmara Municipal de Parnaíba (PI). Além disso, ressaltou que a construção do hospital vem sendo defendida por ele, com o apoio da bancada piauiense, do Governo Lula, do Ministro da Educação e da EBSERH. Ao final, expressou a satisfação de ver o projeto avançar em benefício da população local.

Merlong Solano (PT - PI) - O Deputado celebrou a isenção de ICMS sobre os produtos da cesta básica no Piauí. Ademais, destacou que a medida, implementada pelo Governador Rafael Fonteles, acompanhou o esforço do Governo Federal, que já havia zerado o imposto de importação sobre diversos alimentos. Além disso, enfatizou que a iniciativa representa o compromisso de ambos os Governos com a segurança alimentar da população. Adicionalmente, elogiou o papel da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) que, reconstruída, passou a executar políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos e a venda subsidiada de milho para ração animal. Enalteceu ainda o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que tem oferecido financiamento com juros baixos à agricultura familiar. Ao final, sustentou que essas políticas resultarão na redução dos preços dos alimentos e contribuirão para retirar o País do Mapa da Fome.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) - O Deputado criticou o Programa Pé-de-Meia, alertando para indícios de má gestão e irregularidades. Ademais, ressaltou que reportagens indicaram número de beneficiários superior ao de estudantes matriculados no ensino médio público em diversas cidades. Além disso, apontou que o Governo desembolsou R\$ 13 bilhões em 2023 sem autorização do Congresso e o Tribunal de Contas da União (TCU) bloqueou R\$ 6 bilhões do programa por ausência de previsão orçamentária. Adicionalmente, denunciou a criação de um orçamento paralelo com uso de fundo privado. Ao final, sustentou a necessidade de apuração rigorosa das práticas questionáveis do programa e defendeu que a Câmara dos Deputados apoie as investigações do TCU e de outros órgãos de controle bem como demande as explicações necessárias do Ministério da Educação.

Sidney Leite (PSD - AM) - O Deputado agradeceu as condolências recebidas pelo falecimento de sua mãe, professora que o inspirou a valorizar a educação. Ademais, celebrou a inauguração do Centro de Tecnologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM) na Zona Leste de Manaus (AM), fruto de recursos do Polo Industrial da Zona Franca, e a construção de novos *campi* em diversos Municípios do Estado. Além disso, destacou a inauguração do *campus* de Eirunepé (AM) com a presença do Ministro Camilo Santana, a quem agradeceu pela sensibilidade em reajustar o valor *per capita* do transporte escolar fluvial. Adicionalmente, criticou a ditadura militar e afirmou que quem a defende não merece estar no Parlamento. Por fim, condenou ainda as graves violações dos direitos humanos, como homicídios e tortura, durante o regime militar e defendeu a democracia como fundamento da participação popular e do fortalecimento das instituições.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado alertou para os riscos constantes de ruptura democrática no Brasil, ao relembrar o 31 de março de 1964 e traçar um paralelo com os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023. Além disso, citou Thomas Jefferson ao defender a necessidade de vigilância permanente contra ameaças à liberdade, destacando que há grupos autoritários golpistas, que voltam a aparecer no curso da história. Adicionalmente, criticou as anistias concedidas no passado e reforçou que tais grupos seguem atuantes com o objetivo de enfraquecer as instituições. Por fim, reafirmou seu compromisso com a defesa do Brasil, sustentando que a liberdade e a democracia devem ser continuamente preservadas.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado defendeu a paralisação nacional dos motoboys como uma mobilização legítima em defesa de direitos básicos da categoria. Ademais, ressaltou que esses profissionais foram essenciais durante a pandemia e agora reivindicam condições mínimas para exercerem sua atividade com dignidade. Ao final, apoiou o reajuste da taxa mínima de entrega para 10 reais, o aumento do valor por quilômetro rodado para R\$ 2,50 e a fixação de um limite de 3 quilômetros para entregas feitas por bicicleta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado celebrou seus 10 anos de vida pública, relembrando sua trajetória desde Paranaíba (PR), sua cidade natal. Ademais, destacou sua atuação política em prol da duplicação da BR-376, da pavimentação da estrada entre Porto Rico (PR) e Porto São José (PR) e da construção da ponte sobre o Rio Ivaí. Além disso, ressaltou a obra do colégio agrícola do Município de Diamante do Norte (PR), entregue em parceria com o Governador Ratinho Júnior, além de obras em diversas áreas como infraestrutura e educação. Adicionalmente, apontou sua atuação parlamentar com mais de 334 iniciativas legislativas, enfatizando o Projeto de Lei (PL) nº 1.406, de 2024, sobre reciprocidade ambiental, o PL nº 4.616, de 2023, que trata de regulação de proteínas cultivadas, o PL nº 3.703, de 2024, que condiciona a manutenção de percepção de benefícios sociais instituídos pelo Governo Federal a não participação em apostas virtuais e o PL nº 2.428, de 2023, que estabelece prazo para conclusão dos inquéritos judiciais no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), entre outros. Por fim, salientou sua presidência na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural — CAPADR, reafirmando seu compromisso com a produção rural e o municipalismo.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado defendeu a votação do Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, que anistia os presos do 8 de janeiro de 2023 e criticou Parlamentares da Esquerda por distorcerem o instituto como algo antidemocrático. Ademais, sustentou que o instituto da anistia está presente no ordenamento jurídico desde a redemocratização e que deve ser debatida em Plenário, com a participação de todos os representantes eleitos. Por fim, enfatizou que é a maioria dos votos que deve ter a palavra final e manifestou confiança de que a Presidência da Câmara pautará a referida proposição.

Bruno Farias (AVANTE - MG) - O Deputado convidou a todos para participarem da primeira edição do evento Festeja Águas Formosas, confirmando sua participação.

Welter (PT - PR) - O Deputado lembrou os 61 anos do golpe que instaurou a ditadura militar no Brasil e condenou os crimes cometidos durante o regime, como perseguições, torturas e assassinatos. Ademais, criticou aqueles que hoje defendem anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, classificando-os como traidores da Pátria assim como os articuladores do golpe de 1964. Além disso, enalteceu a atuação da Polícia Federal e do Supremo Tribunal Federal (STF) na condução das investigações surgidas a partir da delação de Mauro Cid. Ao final, afirmou que a Justiça deve prevalecer e que os responsáveis pelos ataques à democracia precisam ser exemplarmente punidos para que os horrores do passado não se repitam.

Delegado da Cunha (PP - SP) - O Deputado manifestou apoio aos mais de 100 mil motoboys entregadores que paralisaram suas atividades em São Paulo (SP) entre 31 de março e 1º de abril. Destacou o papel essencial



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

da categoria durante a pandemia, especialmente na entrega de remédios e alimentos, e cobrou respeito, dignidade e valorização desses trabalhadores. Além disso, criticou a ausência de garantias mínimas, como o valor fixo por entrega e seguro de vida, além do estigma gerado por criminosos que se disfarçam como entregadores.

Paulo Guedes (PT - MG) - O Deputado criticou os pedidos de anistia feitos por Parlamentares da direita a favor dos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF). Afirmou ser contraditório defender anistia em nome da democracia para quem justamente atentou contra ela, tentando fechar o Congresso, o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Palácio do Planalto. Comparou essas ações com a luta histórica dos verdadeiros anistiados, que enfrentaram a ditadura em defesa da liberdade e dos direitos civis. Afirmou que a Direita insiste em defender a democracia enquanto sonha com o retorno da ditadura, regime que representa morte, perseguição e repressão. Rejeitou qualquer relativização dos crimes cometidos e encerrou com uma crítica direta aos "lambe-botas da ditadura".

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado criticou o Governo Lula e reagiu a discursos da base governista quanto a medidas econômicas. Rebateu uma fala anterior sobre a anistia, alegando que a concedida no passado beneficiou pessoas envolvidas em sequestros e atentados, enquanto hoje se nega anistia até para quem apenas pichou uma estátua nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF). Em seguida, atacou o projeto do Governo Federal de incorporar aos cofres públicos cerca de R\$ 9 bilhões esquecidos em contas bancárias e defendeu seu Projeto de Lei nº 3.166, de 2024, que dispõe sobre a transferência compulsória, via Pix, de valores esquecidos para conta de seus titulares pelo Banco Central do Brasil. Também acusou Lula de prejudicar Santa Catarina ao zerar impostos sobre a importação de sardinha e do vinho, o que ameaçaria a sobrevivência de produtores locais. Defendeu a criação de políticas públicas para reduzir o custo do produto nacional, em vez de favorecer o importado, e encerrou com ironia, associando o comportamento do Governo à mentira e ao simbolismo do dia 1º de abril.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada destacou a mobilização nacional dos motoboys nos dias 31 de março e 1º de abril, em protesto contra a precarização do trabalho imposta por aplicativos. Na oportunidade, leu a pauta de reivindicações da categoria, que inclui reajuste da taxa mínima para R\$ 10, aumento do valor por quilômetro para R\$ 2,50, limitação da distância de entregas por bicicleta, recebimento integral das taxas e o fim das coletas duplas e triplas. Além disso, ressaltou o papel essencial desses trabalhadores, especialmente durante a pandemia, e cobrou apoio dos demais Parlamentares e das empresas, como o iFood, que não atendeu às demandas apresentadas durante ato em Osasco (SP).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei nº 5.528, de 2023, de sua autoria, que dispõe sobre a contratação de operações de crédito consignado por beneficiários de auxílio-acidente. Argumentou que essas pessoas, que sofreram perdas permanentes decorrentes de acidentes de trabalho, recebem um benefício fixo e muitas vezes insuficiente para adquirir equipamentos que compensem suas limitações, como cadeiras de rodas motorizadas ou próteses mais sofisticadas. Destacou que, assim como aposentados e beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) já têm acesso ao crédito consignado, é justo estender esse direito aos acidentados. Lembrou que o projeto está na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), com relatoria do Deputado Alfredo Gaspar, e caso aprovado, seguirá diretamente para o Senado. Afirmou estar confiante na aprovação da proposta, que visa atender uma parcela vulnerável da população.

Ivoneide Caetano (PT - BA) - A Deputada celebrou avanços no País e na Bahia, destacando a redução no preço do diesel anunciada pela Petrobras, medida que terá impacto positivo no custo dos alimentos. Também mencionou a queda de 8% no preço do gás de cozinha no Estado. Ressaltou a preparação da Prefeitura de Camaçari (BA) para a tradicional entrega de alimentos na Semana Santa, com a distribuição de 240 toneladas de peixes às famílias em situação de vulnerabilidade. Por fim, elogiou a atuação do Governo Lula, do Governador Jerônimo Rodrigues e do Prefeito Caetano, afirmando que “o Brasil está dando certo”.

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada destacou as ações do Governo Federal no Paraná, com ênfase nas visitas do Ministro Alexandre Padilha e do Presidente da Itaipu Binacional, Enio Verri, a cidades como Maringá (PR), Ponta Grossa (PR) e Londrina (PR). Celebrou o anúncio de R\$ 81 milhões em investimentos para implantação de usinas solares em hospitais filantrópicos e Santas Casas do Estado, o que deve gerar uma economia anual de cerca de R\$ 12 milhões, a serem revertidos em melhorias na saúde. Ressaltou que essa atuação marca o retorno da presença do Governo Federal no Paraná, após um período de apagamento durante a gestão anterior. Mencionou também o anúncio de ações para acelerar a realização de cirurgias eletivas. Por fim, lembrou o golpe militar de 1964, reafirmando o compromisso com a democracia e a rejeição à anistia para golpistas.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado criticou o Governo Lula por propostas que considera absurdas no combate à criminalidade, como o envio de mensagens a celulares roubados e a usuários de *TV Box* pirata. Ironizou essas medidas e apontou suspeitas de fraude no Programa Pé-de-Meia, citando denúncias de alunos fictícios. Além disso, acusou o Governo de repetir práticas do passado do Partido dos Trabalhadores (PT), denunciou aparelhamento do Judiciário e classificou como desproporcionais as punições aplicadas aos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), comparando-as com a anistia concedida a militantes armados do passado.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado defendeu o Projeto de Lei nº 1.356, de 2025, de sua autoria, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a Lei nº 6.321, de 1976, para dispor sobre a obrigatoriedade de manutenção do auxílio-alimentação durante os afastamentos legais, como licença-maternidade. Além disso, criticou a perda desse benefício justamente quando mais se precisa, especialmente no caso de mulheres grávidas. Também propôs Projeto de Lei nº 1.355, de 2025, que permiti a ausência do trabalho, sem prejuízo salarial, de pais ou responsáveis por pessoas com deficiência, síndromes, transtornos ou doenças raras para acompanhamento médico. Ambos os projetos visam promover justiça social, valorizar o trabalho e garantir dignidade às famílias brasileiras.

Dandara (PT - MG) - A Deputada, Presidenta da Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais (CPOVOS), denunciou os ataques brutais ocorridos na zona rural de Dourados (MS), na madrugada de 31 de março, quando três pessoas da mesma família foram queimadas vivas. Classificou as imagens como estereótipos e cobrou a responsabilidade do Estado brasileiro na garantia da vida e da dignidade de seu povo. Criticou o debate de pautas legislativas que representam retrocessos para os povos indígenas, defendendo que o foco deve ser o salvamento de vidas.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao ativista Alexandre, de Volta Redonda (RJ), conhecido pelo perfil "VR Abandonada", que enfrenta nove processos judiciais, sendo sete de natureza criminal, movidos pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Informou que a perseguição judicial é motivada pelas denúncias feitas por Alexandre sobre a poluição causada pela CSN, que estaria afetando a saúde da população local. Classificou a situação como uma "perseguição covarde" e reafirmou apoio ao ativista. Por fim, aproveitou para mencionar que será apresentado o relatório do processo movido contra ele no Conselho de Ética da Câmara, iniciado pelo Partido Novo (NOVO).

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado denunciou o racismo religioso no Brasil, especialmente contra as religiões de matriz africana, destacando o histórico de perseguição e criminalização dessas práticas. Celebrou a transferência de objetos sagrados que estavam sob custódia da polícia do Rio de Janeiro para o Museu da República. Ressaltou que a ação foi resultado da mobilização das casas de terreiro, do movimento negro e do mandato do Deputado Estadual Flavio Serafini. Disse também que a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Museu da República, conduzirá uma pesquisa sobre esses objetos, com protagonismo e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

remuneração justa às lideranças religiosas envolvidas. Por fim, na qualidade de pastor batista, homem negro e defensor da democracia e do Estado laico, condenou o silêncio cúmplice das igrejas e reafirmou a importância de políticas de reparação e valorização da diversidade religiosa para combater o racismo estrutural.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada parabenizou a Faculdade Visconde de Cairu, em Salvador (BA), pelos 120 anos de fundação, destacando sua contribuição para a formação nas áreas de contabilidade e administração, bem como sua atuação comunitária ao disponibilizar auditório para entidades e partidos. Em seguida, expressou pesar pelo falecimento de Kardé Mourão, ex-Presidente do Sindicato dos Jornalistas da Bahia e militante da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), destacando sua trajetória de luta em defesa do diploma de jornalista e relembrando o orgulho de tê-la como colega de militância e de ter sido patrona de sua turma de formatura.

Airton Faleiro (PT - PA) - O Deputado agradeceu a visita do Prefeito Marcones e do Vice-Prefeito Damasceno, do Município de Garrafão do Norte (PA), destacando o esforço deles, assim como de outros Prefeitos paraenses, em buscar recursos e cadastrar projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Além disso, reafirmou publicamente seu compromisso com o Município, prometendo apoio para abrir portas nos ministérios e destinar emendas parlamentares. Aproveitou para estender os cumprimentos a todos os Prefeitos do Pará.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado denunciou problemas nos serviços prestados por duas empresas na região do Caparaó, no Espírito Santo. Criticou a qualidade do atendimento da operadora Vivo, que tem gerado muitas reclamações em diversos Municípios da região, especialmente por sua importância turística. Também apontou falhas na atuação da Cesan, empresa estadual de saneamento, destacando a cobrança de taxa de esgoto de 100% sobre o valor da água, considerada abusiva por muitos moradores, e problemas recorrentes como água turva nas torneiras e mau cheiro decorrente do tratamento inadequado de esgoto. Concluiu cobrando atenção das empresas às demandas da população local.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado manifestou-se sobre a tragédia ocorrida em Dourados (MS), onde quatro pessoas, duas mulheres, uma senhora e uma criança, foram assassinadas em uma aldeia indígena. Repudiou publicações que atribuíram o crime a produtores rurais, classificando essas alegações como falsas. Afirmou que a autoria já foi esclarecida pelas autoridades, sendo uma mulher indígena a responsável, após uma briga motivada por consumo de álcool. Criticou ainda o Ministério dos Direitos Humanos por ter



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

divulgado nota com informações equivocadas e reforçou seu apoio aos produtores rurais, destacando seu papel essencial para o sustento do País.

Enfermeira Ana Paula (PODE - CE) - A Deputada destacou a visita de três Vereadores de Fortaleza à Câmara dos Deputados: Leo Couto, Presidente da Câmara Municipal; Bruno Mesquita, Líder do Governo; e Adriana, primeira Procuradora da Mulher da Casa. Celebrou o avanço da representatividade e o compromisso dos colegas com pautas importantes, especialmente as relacionadas às mulheres. Também elogiou o trabalho dos visitantes e reafirmou o compromisso de seguir atuando em conjunto na defesa da população fortalezense.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara defendeu uma postura de união nacional diante do recente episódio envolvendo Brasil e Estados Unidos. Destacou que, nas horas decisivas, não deve haver divisão ideológica, mas sim o compromisso comum de proteger os interesses do povo brasileiro. Ademais, afirmou que é momento de agir com equilíbrio, responsabilidade e desprendimento político, sem recorrer a discursos vazios ou atitudes oportunistas. Ressaltou que a população deve ser a prioridade absoluta e que cabe aos representantes eleitos agirem com lealdade e compromisso com o País.

ORDEM DO DIA

Pedro Lupion (PP - PR) - O Deputado defendeu a urgência na tramitação do projeto de reciprocidade aprovado no Senado, que busca proteger a soberania nacional e os interesses do Brasil diante de possíveis retaliações comerciais dos Estados Unidos. Destacou que a proposta teve apoio unânime no Senado e pediu celeridade da Câmara, sugerindo o nome do Deputado Arnaldo Jardim para a relatoria.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem com base nos artigos 12, 100 e 161 do Regimento Interno, questionando a ausência de prerrogativas regimentais dos partidos que integram blocos parlamentares sem liderança designada, como o Bloco do PL. Requereu a republicação do ato que restabelece essas prerrogativas, a retirada de pauta de projetos sem acordo e a designação, de ofício, do Líder do maior partido como Líder do bloco.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

especifica. Além disso, registrou a obstrução do PL e criticou o Governo Federal por não ter pago as emendas impositivas aprovadas no ano anterior. Também reforçou o respeito ao Presidente Hugo Motta, destacando seu equilíbrio e diálogo com todos os setores da Casa. Por fim, defendeu, como prioridade absoluta, a votação do projeto de anistia aos presos do 8 de Janeiro e cobrou sua inclusão na pauta do Colégio de Líderes.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Reafirmou que a bancada do PL continuará em obstrução até que seja pautado o projeto de anistia aos presos do 8 de Janeiro. Destacou que o partido não deseja prejudicar os trabalhos da Casa, mas exige que a maioria favorável à anistia seja respeitada. Ressaltou o papel de diálogo do Presidente Hugo Motta e afirmou que a discussão não pode ser ignorada.

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado apresentou uma questão de ordem reivindicando à Mesa a garantia do direito regimental do PL a quatro destaques, alegando que o partido tem sido prejudicado ao poder apresentar apenas dois. Ressaltou que os destaques são essenciais para garantir uma atuação mais justa nas votações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Gilson Marques (NOVO - SC) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a obstrução parlamentar aplicada a temas de interesse nacional.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Ressaltou que a Oposição está em obstrução, utilizando instrumento legítimo e previsto no Regimento Interno. Destacou respeito e confiança no Presidente Hugo Motta, a quem creditou equilíbrio e compromisso com a Justiça. Defendeu a urgência na votação do projeto de anistia, que busca reparar omissões do Supremo Tribunal Federal (STF) e garantir justiça a quem foi injustamente penalizado pelos atos de 8 de janeiro.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado alertou para a necessidade de manter o andamento da pauta no Congresso, destacando que o Senado aprovou, por unanimidade, projeto relacionado à reciprocidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

comercial. Mencionou o anúncio iminente de Donald Trump e a repercussão global do tema. Fez um apelo ao PL para que não vote contra o agronegócio, a indústria e o País. Além disso, defendeu a medida provisória em análise, que destina crédito para a Amazônia, o Pantanal e os pescadores. Por fim, criticou a Oposição por priorizar interesses do ex-Presidente em detrimento das necessidades nacionais.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, defendeu a anistia aos presos pelos atos de 8 de janeiro. Criticou uma incoerência histórica, mencionando que pessoas envolvidas em crimes graves no passado foram anistiadas, enquanto manifestantes seguem presos. Afirmou que esse é o anseio da população e cobrou do Parlamento o avanço da pauta da anistia.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado defendeu a anistia aos presos pelos atos de 8 de janeiro e reiterou que a Oposição continuará em obstrução até que o tema seja pautado. Acusou o Supremo Tribunal Federal (STF) de ter politizado a Justiça e afirmou que há consenso, salvo da parte da extrema Esquerda, sobre a urgência da anistia. Criticou decisões do Ministro Alexandre de Moraes, especialmente a imposição de silêncio a uma detenta, contrastando com casos em que criminosos condenados puderam conceder entrevistas. Ao concluir, disse que a história não lembrará os covardes e que o Parlamento deve assumir sua prerrogativa de legislar sobre a anistia.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Kim Kataguri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado denunciou a grave situação de violência no Estado do Ceará, destacando o assassinato brutal de Rildson Araújo, comerciante de Irauçuba (CE), como símbolo da crescente atuação do crime organizado na região. Relatou práticas como extorsão a provedores de internet, restrição à liberdade de ir e vir e a infiltração do crime na política, com interferência no processo eleitoral. Defendeu uma reação urgente do Parlamento e apresentou o Projeto de Lei 1.283, de 2025, que propõe a tipificação penal dessas ações e sua inclusão na legislação antiterrorismo. Por fim, pediu apoio dos colegas para a urgência do projeto, visando garantir segurança, liberdade e dignidade à população.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a atuação da extrema direita no Congresso, que tenta obstruir a aprovação de créditos orçamentários urgentes para o socorro à Região Amazônica, afetada por secas e queimadas. Questionou a incoerência de Parlamentares que dizem defender a região, mas votam contra medidas emergenciais. Condenou também o discurso de que há uma "falta de normalidade democrática" no País, lembrando que quem atentou contra a democracia foram os que não aceitaram o resultado das eleições de 2022 e participaram de ações golpistas, como a invasão da sede dos Três Poderes. Concluiu, defendendo que não haja anistia para os golpistas.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Doutor Luizinho (PP - RJ) - O Deputado apresentou uma questão de ordem solicitando que o Projeto de Lei nº 2.088, de 2023, recentemente aprovado no Senado, seja pautado na Câmara. Defendeu a urgência da



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

medida como uma resposta às ameaças dos Estados Unidos de aumentar a taxação sobre produtos brasileiros, propondo a criação da chamada “lei da reciprocidade”, que permitiria ao Brasil sobretaxar produtos norte-americanos em defesa do agronegócio nacional. Também sugeriu que a relatoria na Câmara fique com o Deputado Arnaldo Jardim.

Nelson Barbudo (PL - MT) - O Deputado defendeu a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Criticou os Parlamentares contrários à anistia, acusando-os de hipocrisia por terem se beneficiado da anistia no passado, apesar de envolvimento com crimes como sequestros e assaltos durante o regime militar. Rejeitou as críticas aos manifestantes de 2023, alegando que estes agiram por amor ao Brasil. Por fim, dirigiu-se ao Presidente da Câmara, cobrando que pautе o projeto de anistia.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a insistência da extrema direita na defesa da anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, classificando essa pauta como secundária diante da gravidade da precarização do trabalho no Brasil. Destacou a greve dos entregadores de aplicativo, especialmente em São Paulo, ressaltando as duras condições enfrentadas por esses trabalhadores — como jornadas exaustivas, baixos pagamentos e ausência de direitos básicos. Denunciou o silêncio da Câmara em relação à mobilização da categoria e expressou solidariedade à luta dos entregadores por melhores condições de trabalho e remuneração justa.

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado fez um apelo ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, para que pautе a proposta de anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, lembrando o apoio da Direita à sua eleição. Criticou a Esquerda, acusando antigos militantes de envolvimento com ações armadas durante o regime militar, e afirmou que muitos já foram anistiados no passado. Reforçou que os presos atuais não têm culpa e merecem o mesmo tratamento. Finalizou convocando a população para uma manifestação na Avenida Paulista no dia 6 de abril, declarando apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro e afirmando que "o Brasil quer a anistia já".

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Zé Trovão (PL - SC) - O Deputado defendeu a votação imediata do projeto de anistia para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro, criticando a continuidade dos trabalhos legislativos enquanto pessoas estavam presas injustamente havia dois anos. Acusou a Esquerda de hipocrisia por ter sido anistiada no passado e agora se opor à anistia de seus opositores. Desqualificou os argumentos históricos sobre a ditadura e declarou que a oposição continuará em obstrução até que a proposta seja pautada, afirmando que havia vítimas até fatais atribuídas à condução do Ministro Alexandre de Moraes.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou o Governo Lula, acusando-o de não cumprir promessas como comida barata e melhorias econômicas. Responsabilizou o Ministro Alexandre de Moraes pela morte de um preso dos atos de 8 de janeiro e comparando sua conduta ao nazismo.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado discutiu a Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, afirmou que a Oposição seguirá em obstrução até que o projeto de lei da anistia seja pautado, defendendo que muitos dos presos por envolvimento nos atos de 8 de janeiro foram injustamente criminalizados.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Criticou o pedido do Governo Federal por um crédito extraordinário de R\$ 1 bilhão, alegando que o Executivo ainda não pagou o que deve ao Rio Grande do Sul diante da calamidade causada pelas enchentes. Por fim, questionou a coerência de conceder mais recursos a um Governo que não cumpre com suas obrigações anteriores, afirmando que o povo brasileiro não deve confiar em quem está inadimplente.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão e do encaminhamento da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Na oportunidade, ressaltou a urgência de medidas para proteger os povos da Amazônia Legal e do Pantanal frente aos incêndios e às mudanças climáticas. Em seguida, criticou a tentativa de conceder anistia a envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), classificando-a como estímulo à impunidade. Citou um caminhão cheio de bombas para explodir o Aeroporto de Brasília, além de episódios de violência contra policiais durante os ataques, rejeitando a narrativa de que os envolvidos eram apenas “senhoras com Bíblia”. Concluiu reforçando sua posição contra a anistia e em defesa da democracia.

Rodrigo de Castro (UNIÃO - MG) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão e do encaminhamento da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão e do encaminhamento da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Afonso Motta (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento de discussão e do encaminhamento da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado levantou questão de Ordem com base no art. 157, § 3º do Regimento Interno da Câmara, para esclarecer o quórum necessário para aprovação do requerimento de encerramento de discussão da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, destacando a autoria dos Deputados Antonio Brito, Pedro Lucas Fernandes, Luizinho e Isnaldo Bulhões Jr. Além disso, questionou se esses Parlamentares representariam maioria absoluta ou relativa da Casa, solicitando informação precisa sobre o número de Deputados que apoiariam formalmente o requerimento.

Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, expressou apoio à greve dos professores da rede Sesi de São Paulo, classificando-a como legítima e justa. Ademais, reforçou que a educação é essencial para o desenvolvimento do País.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado manifestou-se contra a condenação de Débora, conhecida como "a moça do batom", a 14 anos de prisão, afirmando que, apesar de ela ter cometido um erro, pediu desculpas e não merecia punição tão severa. Classificou o caso como um exemplo de perseguição política promovida pelo STF e pelo PT, e defendeu que muitos dos condenados precisam de justiça e anistia. Por fim, pediu ao Presidente da Câmara, Hugo Motta, que pautasse o projeto de anistia e declarou que o partido NOVO estava em obstrução.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, declarou que a Oposição está em obstrução total em defesa do restabelecimento da democracia no Brasil, criticando o que classificou como uma ditadura disfarçada. Posicionou-se contra a abertura de crédito extra para o Governo, acusando a gestão atual de manter juros altos, gerar rombo fiscal, penalizar o agronegócio, cometer desvios no programa Pé-de-Meia e gastar recursos públicos de forma irresponsável.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a extrema direita, acusando-a de negacionismo tanto ambiental quanto histórico, especialmente em relação à ditadura militar. Afirmou que não há mais espaço para anistia a quem atenta contra a democracia. Manifestou solidariedade aos familiares de mortos e desaparecidos políticos e defendeu a punição dos responsáveis por ataques ao regime democrático.

Bia Kicis (PL - DF) - A Deputada questionou a validade do requerimento de encerramento da discussão da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, com base no art. 157, § 3º do Regimento Interno, pedindo esclarecimentos sobre a existência de maioria absoluta na votação. Ademais, criticou o Governo, dizendo que a Oposição não dará um “cheque em branco” e reiterou que estão em obstrução por uma questão humanitária: a anistia. Acusou também a Esquerda de hipocrisia por rejeitar anistia agora, embora muitos tenham se beneficiado dela no passado, enquanto pessoas hoje seriam perseguidas e censuradas.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente respondeu à questão de ordem apresentada pelos Deputados Carlos Jordy e Bia Kicis, esclarecendo que o requerimento de encerramento da discussão da Medida Provisória nº 1.268, de 2024 cumpriu o requisito de maioria absoluta.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Reimont (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado reafirmou que seu partido continua em obstrução e criticou a narrativa de que houve uma tentativa de golpe de Estado no Brasil. Ironizou a ideia, dizendo que não houve tiros, tanques ou envolvimento do Exército, e questionou a caracterização dos eventos como golpe. Defendeu a votação do projeto de lei da anistia para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro, afirmando que há inocentes sendo tratados como terroristas, o que seria uma vergonha diante da justiça mundial.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado levantou uma questão de ordem, alegando que estava inscrito para debater contrário aos pressupostos da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, em discussão. Argumentou que o encerramento da discussão votado anteriormente não incluía o encerramento do encaminhamento sobre os pressupostos, pois considerava serem coisas distintas.

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a postura da Oposição, dizendo que tentam "ganhar no grito" e que a pressão por uma anistia seria, na verdade, uma tentativa de livrar da justiça o ex-presidente Bolsonaro.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do parecer da Comissão Mista, na parte em que manifesta opinião favorável quanto ao atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência e de adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a Oposição por ignorar o tema principal da votação e por transformar a discussão em palco para defender o que chamou de uma "pseudoanistia", ou seja, uma tentativa de garantir impunidade para quem atentou contra a democracia.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado protestou contra a decisão da Presidência que impediu a discussão dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, alegando que esse debate é regimentalmente distinto do encerramento da discussão e deveria ter ocorrido. Por fim, afirmou que o NOVO seguiria em obstrução.

Gustavo Gayer (PL - GO) - O Deputado afirmou que a Oposição está em obstrução não por tumulto, mas por uma questão mais profunda que a própria anistia, a qual considera equivocadamente chamada assim, pois não teria havido tentativa de golpe. Destacou que o verdadeiro debate é sobre a independência do Parlamento frente ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mencionou o sofrimento das famílias envolvidas, defendeu a revisão das punições e apelou para que os Parlamentares ajam com independência e justiça.

José Medeiros (PL - MT) - O Deputado criticou o Governo do PT, alegando que suas propostas nunca são claras e sempre costumam vir disfarçadas de boas intenções, como no caso da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário para o combate a incêndios na Amazônia e no Pantanal. Afirmou tratar-se de mais um "cheque em branco" após o Governo já ter recebido grandes recursos antes mesmo da posse de Lula. Disse, ainda, que há hipocrisia na Oposição à anistia, lembrando que, se a mesma régua fosse aplicada, lideranças da esquerda como Lindbergh, Gleisi e Boulos também deveriam estar presas.

Alberto Fraga (PL - DF) - O Deputado fez uma reclamação sobre o sistema de inscrições via Infoleg, criticando a repetição dos mesmos oradores e relatando que, mesmo tentando se inscrever pontualmente, ficou em 46º lugar. Sugeriu o retorno ao modelo antigo, em que a inscrição era feita presencialmente no Plenário, com prioridade para quem ainda não havia falado.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado afirmou que a pauta em votação é de grande importância para o País, especialmente para a Amazônia e o Pantanal, e que não será paralisada. Destacou a urgência da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, cujo prazo se encerraria naquele dia, e informou que o Senado aguarda a decisão da Câmara para votá-la. Mencionou ainda que o Senado aprovou por unanimidade um projeto de reciprocidade relatado pela Senadora Tereza Cristina, e ressaltou que o Brasil está avançando, contrariando os que torcem contra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado fez referência histórica a seis anistias concedidas no Brasil desde 1851, destacando as de 1932, durante o Governo Getúlio Vargas, e de 1979, no período militar. Criticou o Partido dos Trabalhadores, afirmando que a legenda, apesar de se apresentar como defensora da democracia e dos direitos humanos, teria apoiado a condenação de uma cabeleireira a 14 anos de prisão. Afirmou que regimes anteriores demonstraram maior respeito à democracia e aos brasileiros. Encerrou seu discurso com um apelo por anistia.

Zucco (PL - RS) - O Deputado denunciou o caso de Adalgiza, mulher de 65 anos, condenada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a 16 anos e 6 meses de prisão, sem antecedentes criminais. Informou que ela está detida em cela superlotada, sem acesso a atendimento médico ou psicológico, apesar de apresentar pensamentos suicidas. Além disso, comparou a pena de Adalgiza a casos de corrupção e crimes graves com penas mais brandas ou arquivadas, questionando o tratamento desigual da Justiça. Por fim, reforçou o pedido por anistia e cobrou do Plenário a responsabilidade de votar a pauta, anunciando a continuidade da obstrução pela Oposição e a realização de manifestação nacional no dia 6 de abril.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado apresentou questão de ordem sobre a condução dos trabalhos legislativos com base no art. 192 do Regimento Interno da Câmara. Afirmou que houve falhas no processo, destacando que a fase de votação sobre o não atendimento dos pressupostos constitucionais da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, foi ignorada. Além disso, acrescentou que essa etapa deveria ter sido discutida e votada antes da análise de mérito da matéria, o que, em sua avaliação, compromete a regularidade da tramitação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, criticou a paralisação dos trabalhos na Câmara causada por obstruções políticas, alertando para os prejuízos da polarização entre Direita e Esquerda.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente respondeu a uma questão de ordem levantada pelo Deputado Marcel van Hattem, destacando que, conforme o Regimento Interno e decisões anteriores da Casa, uma vez encerrada a discussão, também se considera encerrado o debate sobre os pressupostos, permitindo apenas o encaminhamento e a votação desses pontos. Destacou que essa prática já é consolidada na Casa e reafirmou que a votação do mérito ocorre em sequência, sem reabertura de discussão.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado apresentou nova questão de ordem com base no artigo 157, § 3º-A do Regimento Interno, incluído em 2021, argumentando que a norma possibilita interpretação distinta sobre o encerramento da discussão e o encaminhamento dos pressupostos de medida provisória. Nesse sentido, recorreu da decisão anterior da Presidência e solicitou novo posicionamento à luz da mudança regimental. Também criticou a condução de votações sem parecer adequado. Além disso, defendeu a liberdade de Débora, mencionando suposta perseguição política por parte do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica. Além disso, denunciou como injusta e inconstitucional a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de cassar o mandato da Deputada Carla Zambelli. Também acrescentou que o processo desrespeitou o devido processo legal e configura perseguição política. Por fim, exibiu o porte de arma da Deputada, afirmando que o documento estava válido à época do episódio que motivou a cassação.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Justiça e Segurança Pública, da Saúde, do Meio Ambiente e Mudança do Clima, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, da Integração e do Desenvolvimento Regional, do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Pesca e Aquicultura, no valor de R\$ 938.458.061,00, para os fins que especifica.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado defendeu a obstrução promovida pela Oposição, argumentando que a medida visa pautar a anistia aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro e contribuir para a pacificação do País. Além disso, questionou a resistência à votação da proposta de anistia, desafiando os demais Parlamentares a colocá-la em pauta. Por fim, afirmou que o resultado da votação refletiria legitimamente a posição da maioria da Casa.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada defendeu a aprovação da anistia aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro, apresentando relatos que evidenciam arbitrariedades no sistema judicial. Leu a carta de Givair, pai de três filhos, condenado a 14 anos por participar das manifestações, que relatou sofrimento familiar e comparou sua pena à de crimes graves. Além disso, afirmou que mais de 200 cartas semelhantes serão compartilhadas no Plenário e que outros Deputados da Oposição farão o mesmo. Por fim, pediu sensibilidade dos colegas e conclamando a Câmara a aprovar a anistia.

BREVES COMUNICAÇÕES

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado manifestou apoio à mobilização de estudantes e professores do *Campus XX* da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), localizado em Brumado (BA). Destacou que, apesar da importância da unidade acadêmica e de sua atuação há 23 anos, o *campus* ainda não possui sede própria.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Nesse sentido, apelou ao Governador Jerônimo Rodrigues, ex-Secretário de Educação, para que atenda à demanda da comunidade universitária e viabilize a construção da sede.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada defendeu que a democracia não pode ser relativizada ou negociada. Rechaçou a proposta de anistia a envolvidos nos atos de 8 de janeiro, classificando-a como uma ameaça ao Estado Democrático de Direito. Também lembrou os crimes da ditadura civil-militar, como tortura, censura e desaparecimentos forçados, e criticou o apagamento da memória histórica. Além disso, mencionou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, que busca limitar abusos em operações policiais, especialmente em áreas periféricas. Por fim, cobrou coerência dos que alegam defender os oprimidos, exigindo justiça para vítimas da violência de Estado.

Lindbergh Farias (PT - RJ) - O Deputado celebrou a derrota da obstrução parlamentar que buscava impedir as deliberações da Câmara dos Deputados a fim de votar o Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, para anistiar o ex-Presidente Bolsonaro, enaltecendo o papel da maioria dos partidos e do Presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, na preservação do funcionamento regular do Poder Legislativo. Ademais, elogiou a aprovação da Medida Provisória nº 1.268, de 2024, que destinou crédito a regiões afetadas por incêndios. Além disso, condenou o plano do ex-Presidente Bolsonaro para matar o Presidente Lula, associando seu comportamento à lógica autoritária herdada da ditadura militar, e fez paralelos históricos com atos terroristas da década de 1980. Adicionalmente, defendeu a aprovação pela Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 2.088, de 2023, sobre reciprocidade comercial, e cobrou responsabilidade dos Parlamentares diante das tarifas impostas pelo Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, prejudiciais aos interesses nacionais. Ao final, afirmou que o verdadeiro interesse da anistia é livrar o ex-Presidente Bolsonaro de seus inúmeros crimes e comemorou o fracasso daqueles que tentavam causar uma crise institucional no Parlamento.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado contestou o discurso do Deputado Lindbergh Farias contra a anistia, argumentando que não há crime no Brasil baseado em suposições ou intenções futuras, tampouco crime de pensamento. Ademais, lembrou que os anistiados em 1979 haviam cometido crimes como sequestros, assassinatos e assaltos, citando a ex-Presidente Dilma Rousseff e o ex-Deputado Fernando Gabeira como exemplos. Além disso, alegou que tais indivíduos agiram de forma mais autoritária do que os ex-Presidentes João Figueiredo e Getúlio Vargas, a quem chamavam de ditadores. Ao final, afirmou que o Partido dos Trabalhadores (PT) perderá as eleições em 2026.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado defendeu a obstrução parlamentar em favor da anistia, contestando o discurso parlamentar do Líder do Partido dos Trabalhadores (PT), e celebrou a perda de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

popularidade do Presidente Lula. Ademais, sustentou a anistia aos presos do 8 de Janeiro de 2023, destacando os casos de Adalgiza, de 65 anos, com arritmia cardíaca, e de Débora, em prisão domiciliar, sem acesso à assistência espiritual. Além disso, criticou o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, por promover injustiças e violar princípios constitucionais. Adicionalmente, sustentou que o Poder Legislativo representa verdadeiramente o povo, contestando os ataques de parte da imprensa aos Parlamentares defensores da anistia. Anunciou ainda o pedido de sustação à Presidência da Câmara dos Deputados do processo penal contra o Deputado Delegado Ramagem, que é réu pelos atos de 8 de Janeiro, ressaltando que novamente a Casa terá a oportunidade de reforçar as prerrogativas constitucionais dos Parlamentares ou se acovardar diante de outros Poderes. Condenou também a união da Esquerda com o STF para promover um governo ditatorial. Por fim, convidou a todos para participarem da manifestação na Avenida Paulista em favor da anistia.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada recorreu ao simbolismo do Dia Internacional do Direito à Verdade, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em memória de Dom Oscar Romero, para condenar a impunidade da ditadura militar brasileira e alertar sobre riscos de retrocessos. Ademais, repudiou o Projeto de Lei nº 2.858, de 2022, que propõe anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023. Além disso, criticou tentativas de distorcer os atos antidemocráticos como manifestação legítima e desautorizou a narrativa que tenta vitimizar os envolvidos. Adicionalmente, questionou quem financiou o transporte de manifestantes de Santa Catarina para depredar os prédios dos Três Poderes. Ao final, afirmou que a vitória eleitoral do Presidente Lula deve ser respeitada e reprovou o ex-Presidente Bolsonaro pelos abusos eleitorais cometidos e pelo uso da máquina pública em benefício próprio.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou o Presidente Lula por ter intercedido, em 1998, junto ao então Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela libertação dos sequestradores do empresário Abílio Diniz. Ademais, relatou que o Ministro da Justiça à época era o Senador Renan Calheiros e reprovou o grupo político do Presidente por agir com condescendência em relação a criminosos. Além disso, condenou a ausência de solidariedade do Presidente Lula com presos comuns, citando a morte de Clezão na prisão e a pena excessiva cominada a Débora, ignorados pelo Governo. Ao final, afirmou que o Presidente Lula e o Partido dos Trabalhadores (PT) agem com frieza, demonstrando desprezo por pessoas sem antecedentes criminais.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada condenou a defesa de anistia aos criminosos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro de 2023. Criticou a insensibilidade em relação às vítimas da violência daquele dia, como uma policial agredida e um policial derrubado de um cavalo. Ressaltou que os atos golpistas foram reais e planejados, citando a tentativa de explosão no aeroporto de Brasília. Relembrou as mentiras do golpe de 1964



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

e a repressão violenta da ditadura, mencionando os assassinatos de Vladimir Herzog e Rubens Paiva. Destacou que a Direita tenta resgatar a elegibilidade do ex-Presidente Bolsonaro, que foi democraticamente derrotado e insuflou os acampamentos golpistas. Reprovou ainda a obstrução parlamentar pela anistia que buscou impedir a aprovação de medidas favoráveis à Amazônia e a reunião da Comissão de Defesa das Pessoas com Deficiência. Por fim, conclamou a resistência democrática contra a anistia para golpistas.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado afirmou que a Direita é a verdadeira defensora da Bandeira do Brasil enquanto a Esquerda utiliza a bandeira vermelha do comunismo. Ademais, sustentou que a narrativa do golpe de Estado de 8 de Janeiro de 2023 é uma distorção dos fatos, argumentando que não houve armas, tanques ou ação militar. Além disso, afirmou que é a Esquerda quem tumultua o País, citando a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado denunciou a prisão de uma mulher maranhense, cristã, negra e sem antecedentes criminais, acusada de golpe de Estado por portar um batom, um caderno e uma caneta, objetos considerados como armas pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Relatou que a mulher havia retornado ao Maranhão com o intuito de escrever um livro sobre os acontecimentos, mas foi detida após a divulgação de uma foto com anotações. Criticou a atuação do STF, responsabilizando-o por violações de direitos e até por morte de preso com doença crônica. Questionou a Esquerda sobre a anistia concedida a figuras como José Genoíno, Dilma Rousseff e José Dirceu, e a acusou de hipocrisia por defender punição seletiva. Ao final, desqualificou a narrativa que considera como golpe de Estado as manifestações de 8 de Janeiro de 2023.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado registrou seu voto de pesar pelo falecimento de Marcos Vinícios Vilaça, ex-Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras. Destacou o orgulho que o homenageado trouxe ao povo pernambucano e lamentou sua perda, afirmando que sua ausência será sentida por todos que reconhecem sua contribuição ao Estado e ao País.

José Rocha (UNIÃO - BA) - O Deputado ressaltou a importância da pesquisa científica e celebrou os 43 anos do Programa Antártico Brasileiro (Proantar), o mais longo da história nacional. Ademais, na condição de Presidente da Frente Parlamentar Mista em Apoio ao Proantar, destacou sua visita à Estação Comandante Ferraz, acompanhando comitiva liderada pelo Comandante da Marinha, Marcos Sampaio Olsen, com a presença de autoridades civis e militares. Além disso, enfatizou que a Antártica é essencial para o equilíbrio climático global e possui relevantes recursos hídricos e minerais. Adicionalmente, explicou que o Proantar atua nas vertentes científica, ambiental, logística e de política externa, sendo coordenado por diversos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Ministérios por meio da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. Por fim, conclamou os colegas Parlamentares a apoiarem o programa, que posiciona o Brasil como protagonista nas pesquisas de ponta desenvolvidas no continente antártico.

Ronaldo Nogueira (REPUBLICANOS - RS) - O Deputado alertou para as precárias condições da BR-163, especialmente no trecho próximo ao Porto de Miritituba, apesar da existência de pedágios ao longo da rodovia. Relatou o caso do caminhoneiro Marciano Hermes, de Carazinho (RS), que percorreu mais de dois mil quilômetros, enfrentando riscos devido aos buracos na estrada. Ressaltou que a BR-163 é fundamental para a logística do País e criticou o descumprimento dos contratos de concessão. Ao final, informou que a Comissão de Fiscalização e Controle tomará providências sobre as violações contratuais das concessões de rodovias a fim de garantir infraestrutura adequada e segurança aos motoristas.

Vitor Lippi (PSDB - SP) - O Deputado homenageou as cidades de Alumínio (SP) e Cerquilha (SP), ambas situadas na Região Metropolitana de Sorocaba (SP). Destacou o orgulho pela trajetória vivida em Alumínio (SP), onde cresceu e aprendeu valores fundamentais, exaltando o povo trabalhador e ordeiro, além da importância da indústria de alumínio local. Ademais, celebrou as qualidades de Cerquilha (SP), saudando o Prefeito Du Pilon, os profissionais da Santa Casa, os trabalhadores da saúde e os Vereadores, manifestando sua admiração pela população cerquilhense.

Roberto Monteiro Pai (PL - RJ) - O Deputado lamentou o assassinato do policial civil João Pedro Marquini Santana, de 38 anos, lotado na Coordenadoria de Recursos Especiais (CORE) da Polícia Civil do Rio de Janeiro. Relatou que o policial foi alvejado por criminosos ao tentar proteger sua esposa, a Juíza de Direito Dra. Tula Mello, durante uma tentativa de assalto. Lamentou a perda do agente, que deixou esposa, três filhos e três enteados. Criticou a escalada da criminalidade e clamou por apoio às forças policiais. Por fim, solicitou um minuto de silêncio em homenagem ao policial e agradeceu pela solidariedade recebida pelo seu filho, recém-saído da prisão.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado homenageou o Presidente da sessão, Cabo Gilberto Silva, pelo seu aniversário, destacando sua importância para a família, para os paraibanos e para a Polícia Militar da Paraíba. Ressaltou ainda o papel desempenhado pelo Parlamentar no Congresso Nacional como uma voz firme e leal em defesa do povo paraibano. Ao final, agradeceu à Paraíba por ter eleito um representante comprometido e reafirmou sua admiração pessoal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Delegado Éder Mauro (PL - PA) - O Deputado manifestou pesar pelo homicídio de um policial no Rio de Janeiro (RJ) e alertou para a situação da segurança pública no Pará. Ademais, denunciou que as viaturas da Polícia Civil estavam há mais de uma semana sem abastecimento devido ao bloqueio dos cartões, comprometendo o trabalho da polícia judiciária. Além disso, informou que a Polícia Militar recebia apenas 10 litros de combustível por viatura, o que restringia sua mobilidade. Adicionalmente, criticou o Governador Helder Barbalho, a quem acusou de abandonar a segurança pública do Estado, deixando a população à mercê do Comando Vermelho. Por fim, solicitou o registro de que votou com o partido nas demais deliberações.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado criticou a Esquerda por clamar por democracia enquanto protagoniza ações antidemocráticas como alianças com Hamas e com regimes autoritários, citando também a invasão do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em 2014. Relembrou a condenação do Presidente Lula em três instâncias e as restrições da Esquerda à liberdade de expressão. Questionou a condenação da manifestante do 8 de Janeiro, Débora, que, apesar de não ter antecedentes ou praticado atos violentos, recebeu pena de 14 anos. Reprovou condenações coletivas, sem o devido processo legal. Ao final, declarou que a justiça divina prevalecerá e afirmou que muitos estão presos apenas por defenderem a democracia.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado condenou o golpe militar de 1964, reafirmando o compromisso histórico do seu partido com a democracia. Criticou a declaração do Deputado Sóstenes Cavalcante, que afirmou que o Supremo Tribunal Federal (STF) será “varrido” em 2026, qualificando tal fala como uma proclamação golpista e criminoso. Também denunciou o uso de mentiras como estratégia bolsonarista e alertou para o risco de a proposta de anistia se tornar um novo golpe, ao tentar reescrever a narrativa dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF). Apresentou dados sobre a situação jurídica dos envolvidos, reforçando que o debate deve ocorrer com base em fatos, sem distorções, e ironizou o lançamento informal da candidatura de Débora como Deputada pelo Partido Liberal (PL), condenada, dentre outros crimes, por vandalismo.

Coronel Fernanda (PL - MT) - A Deputada destacou a visita do Vereador Vitor Gabriel, o mais jovem Parlamentar do Partido Liberal (PL) em Mato Grosso e atual 1º Secretário da Câmara Municipal de Juína (MT). Agradeceu seu empenho ao vir a Brasília (DF) em busca de recursos para a pavimentação de uma área importante do Município e para a implantação da primeira sala de quimioterapia da região noroeste do Estado. Parabenizou o Vereador e reafirmou que a Câmara dos Deputados está à disposição para apoiá-lo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado corrigiu uma fala do Parlamentar Márcio Jerry, que teria interpretado de forma equivocada uma declaração do Deputado Sóstenes Cavalcante, afirmando que este teria dito que o Supremo Tribunal Federal (STF) seria “varrido” em 2026. Afirmou categoricamente que Sóstenes se referiu à Esquerda, e não ao STF. Reforçou ainda que, embora tenha diferenças ideológicas com Jerry, reconhece sua seriedade, e acredita que tenha sido apenas um equívoco. Finalizou destacando o perfil democrático de Sóstenes Cavalcante.

Capitão Alden (PL - BA) - O Deputado denunciou o aumento das invasões de terra na Bahia, afirmando que já há mais de 80 ocorrências registradas no Estado. Criticou a postura silenciosa da maioria dos Deputados baianos e acusou muitos de apoiarem indiretamente as ações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), inclusive por meio de emendas parlamentares e apoio institucional. Afirmou que recursos do Governo do Estado estariam fortalecendo o movimento, que ele classificou como “terrorista”, responsabilizando-o por incêndios e destruição em propriedades privadas. Também criticou a realização, pela Polícia Militar da Bahia, do 1º Curso de Mediação de Conflitos Fundiários, cuja aula inaugural contou com a presença do Cacique Babau Tupinambá, apontado como liderança de diversas invasões e alvo de investigações. Encerrou acusando membros do Governo Jerônimo Rodrigues de convivência ideológica com as invasões, afirmando que os diálogos promovidos com indígenas e produtores seriam “teatrais” e ineficazes para resolver os conflitos fundiários no Estado.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado celebrou a conclusão do Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Itapecuru, elaborado pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) com apoio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e financiamento viabilizado por ele desde 2016. Ressaltou que o plano beneficiará 57 Municípios maranhenses, fornecendo dados técnicos essenciais sobre volume de água, vazão, índice pluviométrico e áreas degradadas, o que permitirá planejamento adequado para preservação ambiental, uso racional dos recursos hídricos e captação de investimentos. Destacou a importância do plano para o abastecimento de água, especialmente em São Luís (MA), que depende em 70% do Itapecuru. Por fim, também anunciou que acompanhará o Ministro dos Transportes, Renan Filho, em visita ao Maranhão, para o lançamento das obras de pavimentação em concreto da BR-222, entre Miranda do Norte (MA) e Santa Luzia, realizadas com recursos de emendas de sua autoria.

Raimundo Santos (PSD - PA) - O Deputado registrou a presença de seis atletas paraenses na Câmara dos Deputados, que representarão o Brasil em um campeonato de jiu-jítsu em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos: Gustavo dos Santos (Uruará), Ícaro Evangelista (Anapu), Aripua e Gabriel Mendes (Santarém), Jonatas Serafim (Belém), Acaraú Torquato (Medicilândia) e Jonatas Sipriano (Açailândia). Enalteceu a dedicação, o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

espírito empreendedor e a garra desses jovens, afirmando que eles são motivo de orgulho para o Pará e para o País.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado defendeu a anistia como pauta central e urgente para a pacificação do Brasil, argumentando que o Congresso Nacional precisa agir diante de um Judiciário que se politizou. Citou um provérbio bíblico sobre justiça, criticando o que considera uma balança desigual, em que inocentes estão sendo condenados enquanto criminosos são liberados. Afirmou que a anistia não é uma bandeira de Direita ou Esquerda, mas sim de justiça, e convocou a população para um ato em defesa da anistia no próximo domingo, 6 de abril, na Avenida Paulista, em São Paulo (SP). Finalizou pedindo justiça, liberdade e clamando por "anistia já" aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF).

Coronel Meira (PL - PE) - O Deputado defendeu o colega Parlamentar Eduardo Bolsonaro, afirmando que ele é vítima de perseguição judicial por expor “arbitrariedades” cometidas no Brasil. Declarou que a Esquerda usa a tribuna para enganar o povo e criticou o que vê como censura, restrição à liberdade de expressão e repressão ao pensamento conservador. Classificou Eduardo Bolsonaro como defensor da liberdade e da democracia, e justificou seu “autoexílio” nos Estados Unidos como um alerta ao mundo sobre ameaças à liberdade no Brasil. Concluiu afirmando que não irá se curvar às adversidades, reforçando o compromisso com a defesa dos “valores inegociáveis” e da soberania nacional.

Sargento Fahur (PSD - PR) - O Deputado criticou o que considera a hipocrisia da Esquerda por ter defendido anistia, no passado, para sequestradores e assaltantes, mas se opor hoje à anistia de pessoas envolvidas nos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), que classifica como "patriotas" e, em sua visão, em sua maioria, não cometeram crimes graves. Relembrou casos de manifestantes que chegaram a Brasília no dia 9 e foram presos sem sequer saber o que havia acontecido. Também criticou a condenação de Débora, a cabeleireira sentenciada a 14 anos de prisão por pichar com batom uma estátua do Supremo Tribunal Federal (STF), e ironizou a obra, chamando-a de "estátua horrorosa". Reforçou que confia no Parlamento e espera que a anistia seja pautada. Por fim, também ironizou uma suposta proposta do Governo Lula de enviar mensagens para ladrões e receptores de celulares roubados, criticando o que considerou ser uma abordagem ineficaz no combate à criminalidade. Finalizou com críticas diretas ao Presidente Lula e um bordão: “Força e honra!”.

Sargento Gonçalves (PL - RN) - O Deputado denunciou o aumento da violência no Rio Grande do Norte, especialmente em Natal (RN) e criticou a Governadora Fátima Bezerra e o Secretário Nacional de Segurança Pública. Disse que enquanto autoridades federais e estaduais afirmam que Natal é a capital mais segura do Nordeste, a realidade nas ruas mostra o oposto, como o assassinato de um motorista de aplicativo e ataques



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

a policiais. Também mencionou o confronto entre facções criminosas e acusou o Governo Estadual de "algemar a polícia" com políticas que favoreceriam bandidos e enfraqueceriam as forças de segurança. Concluiu exaltando a ação do Coronel Givanildo, Secretário da Guarda Municipal de Parnamirim (RN), que matou um assaltante armado em confronto. Celebrou o ocorrido como um ato legítimo de defesa, afirmando que o criminoso foi "para a cidade do pé junto" e que apenas a esquerda não comemorou o desfecho.

Delegado Palumbo (MDB - SP) - O Deputado defendeu Proposta de Emenda à Constituição (PEC) apresentada a pedido de Ana Carolina Oliveira, mãe de Isabella Nardoni, que visa alterar o art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal para impedir a progressão de regime e garantir o cumprimento integral da pena em casos de crimes hediondos, tortura e terrorismo. Criticou o sistema penal brasileiro, destacando a soltura de Alexandre Nardoni após 16 anos de prisão, embora condenado a 32 anos pelo assassinato da filha. Mencionou também o caso de Suzane von Richthofen, já em liberdade, como outro exemplo de impunidade. Acusou partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) de se recusarem a assinar a PEC, alegando que esses partidos, apesar de se dizerem defensores das mulheres, estariam na prática protegendo criminosos. Classificou a proposta como uma pauta da sociedade e não de espectros ideológicos, e apelou por apoio parlamentar para alcançar as 171 assinaturas necessárias para tramitação da proposição.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado defendeu a aprovação do projeto de anistia aos manifestantes do 8 de janeiro, argumentando que não se trata de "passar pano" para atos de vandalismo, mas de corrigir injustiças provocadas pela falta de individualização de condutas e pela impossibilidade de recorrer das decisões, uma vez que o julgamento ocorre diretamente na instância máxima do Judiciário. Afirmou que vândalos devem ser punidos, mas criticou o enquadramento generalizado de todos os detidos por tentativa de abolição do Estado Democrático de Direito. Além disso, alegou que muitos apenas participavam de manifestações e não praticaram crimes, o que exigiria uma distinção nos julgamentos. Em seguida, parabenizou o Prefeito Quaqué, de Maricá (RJ), pela decisão de armar a Guarda Municipal, classificando a medida como corajosa e eficaz no enfrentamento ao crime organizado no Município. Destacou que Maricá já conta com um sistema avançado de monitoramento e que essa nova iniciativa representa um passo importante na defesa da população.

Messias Donato (REPUBLICANOS - ES) - O Deputado criticou o que considera hipocrisia da Esquerda, que se recusaria a reconhecer o Hamas como grupo terrorista, mas rotula como terroristas manifestantes dos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), incluindo idosos e cidadãos comuns. Denunciou o que vê como narrativa forçada de golpe de Estado e isenção de figuras como o General G. Dias. Além disso, defendeu o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

projeto de anistia aos envolvidos nos atos e afirmou que a população não acreditaria mais nas acusações. Concluiu cobrando do Presidente da Câmara, Hugo Motta, a pauta da anistia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado fez uma cobrança pública ao Governo da Paraíba por melhores condições de trabalho para os profissionais da PB Saúde, como técnicos em enfermagem e enfermeiros. Criticou a escala de trabalho atual, que estaria prejudicando os servidores, e acusou o Governador de negligenciar os trabalhadores da saúde pública. Reforçou seu compromisso como representante da população paraibana ao exigir respeito e atenção aos profissionais que atendem a sociedade.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado relatou participação em manifestação na cidade de Jeremoabo (BA), onde pequenos produtores do Sertão demonstraram preocupação com o Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2025, que susta Resolução CMN nº 5.085 de 2023; e Resoluções CMN nºs 5.488, 5.125, 5.126, 5.127, 5.128 e 5.198, de 2024. Defendeu urgência na votação da matéria, argumentando que a medida pode prejudicar financeiramente os pequenos agricultores e desacelerar o crescimento do comércio local. Em seguida, parabenizou o Município de Fátima (BA) pelos 40 anos de emancipação e elogiou o trabalho do Prefeito Binho de Alfredo. Também anunciou a assinatura da ordem de serviço para a construção de um *campus* do Instituto Federal da Bahia (IFBA) em Ribeira do Pombal (BA), prevista para o dia 10, com investimento de R\$ 14 milhões. Destacou a importância do *campus* para jovens do Semiárido Nordeste II, região carente de instituições de ensino superior. Ao final, lembrou sua trajetória pessoal, de tratorista a Deputado Federal, reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento do interior da Bahia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o Governo da Paraíba pelo aumento do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas compras internacionais, o que encareceria em 20% os produtos adquiridos no Estado. Acusou o Governador João Azevêdo (PSB) de penalizar a população paraibana com uma carga tributária excessiva e de ser aliado do Presidente Lula, que "prometeu muito e esqueceu a Paraíba". Afirmou exercer seu papel na defesa dos contribuintes e cobrou do Governador que interrompesse os aumentos de impostos. Encerrando, disse que a população já sofre com os impactos negativos da economia nacional sob o Governo Federal e que o Executivo estadual estaria agravando ainda mais essa situação.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado associou a data de 1º de abril à extrema direita, acusando-a de propagar mentiras, como a negação da ditadura militar e a criação de *fake news*. Criticou a defesa do projeto de anistia, alegando que não se trata de proteger pessoas comuns, mas sim de tentar livrar figuras como o ex-Presidente Bolsonaro e o General Braga Netto de responsabilidades por atos golpistas. Lembrou denúncias envolvendo



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

o Governo anterior, como fraudes na compra de vacinas e a elaboração de um plano contra o atual Presidente. Por fim, rejeitou a anistia e afirmou que não haverá perdão para golpistas.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado defendeu a atuação da Câmara em respeito ao art. 53, § 3º, da Constituição Federal, que permite ao Parlamento sustar o andamento de ação penal contra seus membros por fatos ocorridos após a diplomação. Criticou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de tornar o Deputado Delegado Ramagem réu, classificando o inquérito como ilegal. Reafirmou que a Câmara precisa demonstrar coragem para proteger as prerrogativas parlamentares e assegurou que estará na defesa do Deputado Ramagem como representante legítimo do povo do Rio de Janeiro.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado defendeu a votação do projeto de anistia aos investigados pelos atos de 8 de janeiro, cobrando do Presidente da Câmara que a proposta seja pautada ainda nesta semana. Criticou o Ministro Alexandre de Moraes por perseguição a apoiadores do ex-Presidente Jair Bolsonaro e mencionou o caso de uma manifestante condenada por atos simbólicos. Afirmou que o projeto de lei da Anistia tem amplo apoio parlamentar e anunciou participação em manifestação no dia 6 de abril, em São Paulo, em defesa da liberdade e contra os excessos do Judiciário.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado convocou a população, especialmente do Estado de São Paulo, para participar de manifestação no dia 6 de abril, na Avenida Paulista, em protesto contra a ditadura vigente no Brasil. Defendeu a urgência na aprovação do projeto de lei sobre a anistia, afirmando que cidadãos estão sendo punidos de forma desproporcional pelos atos de 8 de janeiro. Argumentou que apenas a pressão popular pode restabelecer o equilíbrio entre os Poderes da República, conforme os artigos 48 e 49 da Constituição, e conclamou o comparecimento em massa ao ato como forma de resposta política.

Dr. Jaziel (PL - CE) - O Deputado defendeu a aprovação do projeto de lei sobre a anistia, destacando que a prerrogativa de concedê-la está prevista na Constituição, no artigo 48, inciso VIII. Afirmou que o Parlamento tem uma dívida com brasileiros que estão sendo injustamente punidos. Também ressaltou que a anistia é um instrumento legítimo em democracias para momentos de tensão e ruptura, citando como exemplos os Estados Unidos após a Guerra Civil, a África do Sul no pós-Apartheid e o Brasil em 1979. Criticou a seletividade na aceitação da anistia e conclamou justiça para os envolvidos nos atos de 8 de janeiro.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado denunciou a paralisação de quase mil obras do Governo Federal no Estado da Paraíba, conforme dados do Tribunal de Contas da União. Criticou o Governo Lula por não cumprir promessas feitas à população e questionou a efetividade do PAC 3. Afirmou aos eleitores paraibanos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

que o Presidente da República mentiu ao fazer compromissos que não foram executados. Reforçou seu papel como fiscalizador e representante do povo no Congresso e declarou que seguirá cobrando respostas e ações do Governo Federal em relação ao descaso com a Paraíba.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado defendeu a aprovação do projeto de anistia e criticou a postura da Esquerda diante da situação de pessoas presas após os atos de 8 de janeiro. Afirmou que a maioria dos manifestantes exerceu direitos constitucionais de reunião e expressão de forma pacífica, e que um pequeno grupo de infiltrados foi responsável pelos excessos. Denunciou o julgamento dessas pessoas em última instância, sem foro privilegiado ou possibilidade de recurso adequado. Criticou o Ministro Alexandre de Moraes e declarou confiar que a justiça divina prevalecerá sobre as injustiças humanas.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado agradeceu a confiança da bancada federal do Maranhão ao elegê-lo, por unanimidade, como coordenador. Destacou o compromisso coletivo com o interesse público, acima de diferenças partidárias, e elencou como prioridades a transparência no repasse de recursos e investimentos em infraestrutura viária. Também celebrou os avanços na Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que aprovou nove requerimentos e seis projetos de lei, apesar de obstruções. Por fim, anunciou a apresentação, no dia 8, do projeto de lei sobre o Código Brasileiro de Inclusão.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado manifestou apoio à população de Paragominas (PA) contra a tentativa do Governador Helder Barbalho de privatizar a Agência de Saneamento de Paragominas (Sanepar), empresa municipal de saneamento. Criticou a condução do processo sem diálogo com a Câmara e sem audiências públicas, e alertou para os riscos de aumento nas tarifas e piora dos serviços, caso a empresa seja entregue à iniciativa privada. Além disso, afirmou que a Sanepar é patrimônio construído com recursos locais e destacou a atuação do Vereador David Honorato na defesa da companhia. Ao finalizar, rejeitou a privatização e reafirmou seu apoio à anistia.

Duarte Jr. (PSB - MA) - O Deputado elogiou o discurso do Parlamentar Delegado Caveira por sua defesa dos consumidores e destacou a necessidade de união entre parlamentares, independentemente de posições ideológicas, para enfrentar problemas que afetam a população. Criticou a qualidade do serviço prestado pela empresa Equatorial, tanto no Pará quanto no Maranhão, relatando prejuízos causados por quedas de energia. Reforçou o compromisso com o interesse público e pediu a divulgação de seu pronunciamento anterior sobre a coordenação da bancada do Maranhão e os trabalhos da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado denunciou o estado de abandono da Polícia Civil do Pará, apontando falta de coletes em condições de uso, cortes de recursos para diárias e combustível, delegacias em situação precária e redução do expediente para contenção de gastos. Criticou o Governador Helder Barbalho, acusando-o de omissão, incompetência e descaso com a segurança pública, especialmente durante o carnaval, quando esteve no Rio de Janeiro. Alertou para a revolta generalizada entre as categorias da Polícia Civil e questionou como o Pará poderá sediar a COP 30 diante da precariedade atual. Ao finalizar, reafirmou apoio às entidades policiais e cobrou respeito e valorização.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a sanção da Lei nº 15.041, oriunda do Projeto de Lei nº 1.205, de 2024, de autoria da Senadora Leila Barros, que aprimorou a Lei Geral do Esporte ao impor regras mais rígidas de gestão e transparência aos subsistemas esportivos privados. Destacou a importância do controle sobre o uso de recursos públicos por entidades como o Comitê Olímpico do Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro, o Comitê Brasileiro de Clubes e o Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos. Reforçou que o repasse de verbas provenientes de loterias exige responsabilidade fiscal e social. Enalteceu o esforço coletivo da Câmara e a celeridade da tramitação, ressaltando o potencial do esporte para impulsionar o desenvolvimento social e econômico do País.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado comemorou o início das obras de recuperação de ruas e avenidas em Porto Nacional (TO), viabilizadas por meio de um investimento superior a R\$ 10 milhões. Destacou a destinação de R\$ 2 milhões em emenda parlamentar para o bairro Alto da Colina, onde os serviços começaram pela Rua 13 de Julho. Ressaltou que os trabalhos contemplarão ainda outros bairros como Centro Histórico, Jardim Brasília e Setor Aeroporto, beneficiando milhares de moradores com melhoria na mobilidade urbana. Concluiu agradecendo ao Prefeito Ronivon Maciel pela parceria e reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento da cidade.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou a política de segurança do Governo Federal, destacando os altos índices de violência em 2024, como os 39 mil assassinatos e quase 72 mil casos de estupro, segundo o Atlas da Violência e o [Relatório Anual Socioeconômico da Mulher \(Raseam\)](#). Também citou a situação do Acre, onde fronteiras estão sob domínio de facções, e acusou o Ministério da Justiça de omissão. Apontou falhas no plano do Ministro Ricardo Lewandowski, que classificou como ineficaz e desconectado da realidade. Além disso, defendeu o fortalecimento das forças policiais e a recomposição do orçamento da segurança pública.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

Pauderney Avelino (UNIÃO - AM) - O Deputado destacou a importância do mês de abril como período de conscientização sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Lembrou que o Brasil tem cerca de 2 milhões de pessoas com TEA e defendeu a efetiva implementação da Lei nº 12.764, de 2012, que assegura direitos nas áreas da saúde, educação e assistência social. Também pediu mais investimentos em políticas públicas, educação inclusiva, capacitação de profissionais e apoio às famílias. Encerrou conclamando o Parlamento a atuar pela inclusão, respeito à diversidade e valorização das potencialidades das pessoas autistas.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado usou o Dia Internacional do Direito à Verdade para defender a transparência e o respeito ao devido processo legal nos julgamentos relacionados aos atos de 8 de janeiro de 2023. Condenou a violência contra instituições democráticas, mas questionou se todas as detenções foram baseadas em provas e se as penas aplicadas respeitaram a individualização garantida pela Constituição. Defendeu sentenças proporcionais, celeridade na revisão de casos sem evidências concretas e reafirmou que justiça e verdade devem estar acima de ideologias para fortalecer a democracia.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou o Governo Lula pelo aumento da carga tributária, que estaria ligado ao crescimento da máquina pública e ao excesso de gastos. Afirmou que o Governo não corta na própria estrutura, mas sacrifica o povo trabalhador. Por fim, destacou que a oposição segue combativa, denunciando os abusos e defendendo um Estado mais enxuto, justo e eficiente, comprometido com o futuro do Brasil.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado defendeu que o Congresso concentre esforços em pautas prioritárias, como o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, do Governo Federal, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, isentando do Imposto de Renda quem recebe até 5 mil reais. Explicou que a medida representa justiça social, alívio tributário e distribuição de renda. Em seguida, criticou a tentativa de discutir anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), que definiu como criminosos golpistas que atacaram a democracia. Ressaltou que o Parlamento deve reafirmar seu compromisso com a justiça, a democracia e a proteção das instituições, sem se desviar com propostas que fragilizam o Estado Democrático de Direito. Por fim, convocou os Parlamentares a priorizarem a votação da isenção do imposto de renda, como resposta concreta às necessidades do povo e como prova de que o Congresso está ao lado dos trabalhadores e da justiça social.

Acácio Favacho (MDB - AP) - O Deputado celebrou os avanços do Programa Casa Macapá, vinculado ao Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que oferece subsídios de até R\$ 55 mil para facilitar o acesso à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 39.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/04/2025

casa própria em Macapá. Destacou a realização de um feirão habitacional no fim de semana e a destinação de R\$ 43 milhões em emendas, com mais R\$ 48 milhões já assegurados no orçamento. Por fim, elogiou o apoio do Ministério das Cidades e da Prefeitura de Macapá (AP), e informou que o modelo já foi replicado em outros Municípios, com 1,8 mil unidades entregues.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada reforçou o compromisso com a verdade e repudiou a proposta de anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF). Afirmou que o ex-Presidente Jair Bolsonaro e seus aliados são herdeiros do autoritarismo da ditadura de 1964, e acusou-os de tentar reescrever a história para apagar crimes contra a democracia. Criticou a tentativa de "pacificação" como uma repetição da anistia de 1979, que impediu a responsabilização de torturadores. Ressaltou que anistia deve ser para quem lutou pela democracia, não para quem a atacou. Por fim, ao citar o Dia Internacional pelo Direito à Verdade, defendeu a memória histórica, a responsabilização de golpistas e conclui com um firme apelo: "Sem anistia. Sem esquecimento. Sem silêncio."

ENCERRAMENTO